



Iniciação científica:

Educação, inovação e desenvolvimento humano

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Carla Linardi Mendes de Souza**
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2021



Iniciação científica:

Educação, inovação e desenvolvimento humano

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Carla Linardi Mendes de Souza**
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Iniciação científica: educação, inovação e desenvolvimento humano

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Carla Linardi Mendes de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I56 Iniciação científica: educação, inovação e desenvolvimento humano / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira, Carla Linardi Mendes de Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-441-9
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.419213008>

1. Iniciação científica. 2. Educação. 3. Inovação. 4. Desenvolvimento humano. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Souza, Carla Linardi Mendes de (Organizadora). IV. Título. CDD 001.42

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A obra “Iniciação Científica: Educação, inovação e desenvolvimento humano”, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas temáticas, ligadas à Educação, que a compõe.

Ao refletirmos sobre a Iniciação Científica percebemos sua importância para a Educação, pois permite o desenvolvimento do potencial humano que os envolvidos mobilizam no processo de pesquisa; ou seja, é o espaço mais adequado para estimular a curiosidade epistemológica, conduzindo a aprendizagens que podem nascer de problemáticas postas pelas diversas questões cotidianas.

Depois da mobilização ocasionada pelas diversas inquietudes que nos movimentam na cotidianidade e ao aprendermos a fazer pesquisa, entendendo o rigor necessário, nos colocamos diante de objetos de conhecimentos que exigem pensar, refletir, explorar, testar questões, buscar formas de obter respostas, descobrir, inovar, inventar, imaginar e considerar os meios e recursos para atingir o objetivo desejado e ampliar o olhar acerca das questões de pesquisa.

Nesse sentido, os textos avaliados e aprovados para comporem este livro revelam a postura intelectual dos diversos autores, entendendo as suas interrogações de investigação, pois é na relação inevitável entre o sujeito epistemológico e o objeto intelectual que a mobilização do desconhecido decorre da superação do desconhecido. Esse movimento que caracteriza o sujeito enquanto pesquisador ilustra o processo de construção do conhecimento científico.

É esse movimento que nos oferece a oportunidade de avançar no conhecimento humano, nos possibilitando entender e descobrir o que em um primeiro momento parecia complicado. Isso faz do conhecimento uma rede de significados construída e compreendida a partir de dúvidas, incertezas, desafios, necessidades, desejos e interesses pelo conhecimento.

Assim, compreendendo todos esses elementos e considerando que a pesquisa não tem fim em si mesmo, percebe-se que ela é um meio para que o pesquisador cresça e possa contribuir socialmente na construção do conhecimento científico. Nessa teia reflexiva, o leitor conhecerá a importância desta obra, que aborda várias pesquisas do campo educacional, com especial foco nas evidências de temáticas insurgentes, reveladas pelo olhar de pesquisadores sobre os diversos objetos que os mobilizaram, evidenciando-se não apenas bases teóricas, mas a aplicação prática dessas pesquisas.

Boa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Carla Linardi Mendes de Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À FORMAÇÃO DE PESQUISADORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Reginâmio Bonifácio de Lima

Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130081>

CAPÍTULO 2..... 18

ESTRATEGIA METODOLOGICA DE INNOVACION EDUCATIVA PARA LA RESOLUCION DE PROBLEMAS EN MARKETING ESTRATEGICO MEDIANTE UN MODELO INTEGRADOR

Mario Aurelio Coyla Zela

Wendy Vidangos Delgado

José Antonio Rodríguez García

José Luis Morales Rocha

Jarol Teófilo Ramos Rojas

Teófilo Lauracio Ticona

Solime Olga Carrión Fredes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130082>

CAPÍTULO 3..... 30

LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA NA BAHIA E OS CONHECIMENTOS GEOMÉTRICOS: COMO ACONTECE ESSA ARTICULAÇÃO AO LONGO DA FORMAÇÃO?

Leonardo Araújo Suzart

Américo Junior Nunes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130083>

CAPÍTULO 4..... 43

O NOVO PARADIGMA SISTÊMICO

Susana Iglesias Webering

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130084>

CAPÍTULO 5..... 60

COMPETÊNCIA DIGITAL AUTOPERCEBIDA DOS ALUNOS DA UNIVERSIDAD NACIONAL HERMILIO VALDIZÁN DE HUANUCO 2019

Nancy Guillermina Veramendi Villavicencios

Ewer Portocarrero Merino

Clorinda Natividad Barrionuevo Torres

Bethsy Diana Huapalla Céspedes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130085>

CAPÍTULO 6	73
UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DE ESTUDOS SOBRE FELICIDADE NO ÂMBITO ACADÊMICO	
Yasmin Martins Proença	
Priscilla Perla Tartarotti von Zuben Campos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130086	
CAPÍTULO 7	83
OCIAGOGIA COMO MODELO DE EDUCAÇÃO NA COLÔMBIA	
Diego Alejandro Palacios Amado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130087	
CAPÍTULO 8	96
O LÚDICO COMO ESTÍMULO À LEITURA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO DE CIÊNCIAS	
Noemi Garcia Baptista	
Marina Peixoto Vianna	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130088	
CAPÍTULO 9	109
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Jéssica Larissa Barbosa da Silva Valente	
Heldina Pereira Pinto Fagundes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4192130089	
CAPÍTULO 10	122
AFRICANIDADES: NOVOS CAMINHOS, PRIMEIROS PASSOS	
Izabel Espindola Barbosa	
Dariane Andrade Valle	
Charles Goiabeira de Amorim	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300810	
CAPÍTULO 11	130
AS INFLUÊNCIAS DA RELAÇÃO PROFESSOR – ALUNO INFORMAR EDUCAR E PROMOVER A SABEDORIA CIENTÍFICA	
Vanessa Pereira da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300811	
CAPÍTULO 12	141
EDUCAÇÃO DO CAMPO: A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DOS ALUNOS CAMPONESES – 6º ao 9º ANO	
Iasmim Mesquita Paiva	
Elias Canuto Brandão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300812	

CAPÍTULO 13	156
CONTINUIDADE ENTRE ETAPAS EDUCATIVAS: ESTRATÉGIAS DE TRANSIÇÃO ENTRE O JARDIM DE INFÂNCIA E A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA	
Luís Miguel Gonçalves de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300813	
CAPÍTULO 14	169
OFICINAS DE NIVELAMENTO, EXTENSIONISMO E PESQUISA DO PROJETO “APOIO À ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV”	
Gilson Jacob Bergoc	
Thamine de Almeida A. Ayoub	
Miguel Etinger de Araújo Júnior	
Sandra M. Almeida Cordeiro	
Léia Aparecida Veiga	
Elisa Roberta Zanon	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300814	
CAPÍTULO 15	183
A FORMAÇÃO DE LEITORES CRÍTICOS NOS TRÊS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Maria do Socorro Ramos Sousa	
Edjôfre Coelho de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300815	
CAPÍTULO 16	197
O JOGO DIDÁTICO: CONCENTRAÇÃO PARA O APRENDIZADO DO ESPANHOL	
José Eliziário de Moura	
Ana Lúcia Vidal Barros	
Ana Meire Alves da Silva	
César Claudino Pereira	
Paulo Eduardo Ferlini Teixeira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300816	
CAPÍTULO 17	208
OS REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NOS PROGRAMAS DE DOUTORADO BRASILEIROS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Cidllan Silveira Gomes Faial	
Eliane Ramos Pereira	
Rose Mary Costa Rosa Andrade Silva	
Letycia Sardinha Peixoto Manhães	
Ligia Cordeiro Matos Faial	
Lívia Márcia Vidal Pires	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300817	

CAPÍTULO 18.....	223
A MATERIALIDADE DA ESCOLA PRIMÁRIA NO TERRITÓRIO DO ACRE NAS DÉCADAS DE 20 A 60	
Gerinalda de Souza Ferreira Elizabeth Miranda de Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300818	
CAPÍTULO 19.....	237
O MÉTODO DA PESQUISA QUALITATIVA DO FENÔMENO SITUADO. UMA CRIAÇÃO DO EDUCADOR BRASILEIRO JOEL MARTINS, SEGUIDA PELA PROFESSORA MARIA APARECIDA VIGIANNI BICUDO. AS ANÁLISES: IDIOGRÁFICA E NOMOTÉTICA	
Luiz Augusto Normanha Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300819	
CAPÍTULO 20.....	245
PRÁTICAS EDUCATIVAS E HABILIDADES SOCIAIS DE PAIS DE ADOLESCENTES COM TEA	
Lilian Ferreira do Nascimento Brunna Stella da Silva Carvalho Melo Ana Luiza Cavalcanti Bezerra	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300820	
CAPÍTULO 21.....	260
A ESSÊNCIA ONTOLÓGICA DO TRABALHO E SEU PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO	
Marcos Jeliel Souza Dacorso	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300821	
CAPÍTULO 22.....	265
SAN NICOLÁS DE ESQUIROS Y SANTA MARÍA DEL REFUGIO. EL MÉTODO DIALÉCTICO CRÍTICO PARA SU COMPRENSIÓN	
Alejandra Ojeda Sampson	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.41921300822	
SOBRE OS ORGANIZADORES	279
ÍNDICE REMISSIVO.....	281

CAPÍTULO 12

EDUCAÇÃO DO CAMPO: A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DOS ALUNOS CAMPONESES – 6º AO 9º ANO

Data de aceite: 20/08/2021

Iasmim Mesquita Paiva

Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Diversidade do Campo (GESPEDIC – Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR) Paranaíba-PR
<http://lattes.cnpq.br/1440026622380178>

Elias Canuto Brandão

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR; Colegiado de Pedagogia e Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Diversidade do Campo (GESPEDIC) Paranaíba-PR
<http://lattes.cnpq.br/0224334447996878>

Estudo resultado de Pesquisa de Iniciação Científica realizada entre 2015 e 2016 na Região Noroeste do Estado do Paraná, apresentado e publicado inicialmente nos Anais do “I Seminário de Educação e Diversidade do Campo”, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR-Campus de Paranaíba), realizado em 2016, atualizado para esta publicação.

RESUMO: O artigo analisa a variação linguística dos alunos camponeses do 6º ao 9º ano, por meio das vertentes fonéticas e morfológicas. Observamos no estudo se o meio e o convívio social dos alunos camponeses contribui para com a variação linguística e se a variação é respeitada e valorizada. A pesquisa foi resultado de leituras bibliográficas, questionários distribuídos aos estudantes e entrevistas sobre o modo de fala dos alunos matriculados do 6º

(sexto) ao 9º (nono) ano do ensino fundamental em um colégio no município de Diamante do Norte – Paraná, comparando o estudo dos alunos provenientes do campo com os alunos provenientes da zona urbana. Observamos e analisamos se os alunos provenientes do campo são prejudicados na variação linguística. Discutimos o comportamento dos professores, principalmente de língua portuguesa, buscando descobrir qual a melhor postura que poderiam adotar. Para o feito, utilizamos como metodologia as pesquisas bibliográfica e de campo.

PALAVRAS - CHAVE: Variação linguística. Ensino fundamental. Camponeses.

FIELD EDUCATION: THE LINGUISTIC VARIATION OF PEASANT STUDENTS – 6TH TO 9TH GRADE

ABSTRACT: The article analyzes the linguistic variation of peasant students from the 6th to 9th grade, through phonetic and morphological aspects. The study observed whether the environment or social interactions of the peasant students towards the linguistic variation and whether the variation is respected and praised. The research resulted from bibliographical studies, surveys delivered to the students, and interviews about the way of speaking of the students from sixth to ninth grade in an elementary school of Diamante do Norte – Paraná, comparing the students from the rural areas to the students from urban areas. We observed and analyzed if the students from the rural area are undermined in linguistic variation. We discussed whether the teacher's behavior, primarily Portuguese grammar teachers, aiming the best model to embrace. For

this a study, we used as methodology the biographical and field search.

KEYWORDS: Linguistic variation. Elementary School. Peasants.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil é um país territorialmente extenso e composto da miscigenação de povos e raças. Deste modo, apesar das variedades da língua, a supervalorização da norma padrão desvaloriza as demais variantes da língua, apontadas como “erro”, o que entendemos ser diversidade cultural.

Sabemos que todo falante possui domínio de sua língua materna para se comunicar e por isso analisamos neste estudo a variação linguística dos alunos provenientes da zona rural, do 6º ao 9º ano, geralmente marginalizados pelo modo de se comunicar, em contraposição aos alunos da zona urbana. Buscamos compreender os motivos pelo qual essa variação está presente no modo de falar desses alunos e o porquê seu modo de comunicação é tido como “erro” por quem reside na cidade.

Em um estudo anterior, pesquisamos a inserção dos alunos provenientes do campo, do 1º ao 5º ano, no ambiente escolar e, naquela pesquisa, concluímos haver variação na oralidade de alunos camponeses quando comparados aos alunos da cidade, porém a variação linguística camponesa diminuiu conforme o avanço dos anos, passando de 79% para 25% o número de palavras faladas de acordo com a norma culta da língua portuguesa mediante a evolução das séries (PAIVA & BRANDÃO, 2015), motivando-nos a este estudo do 6º ao 9º ano, e neste estudo, enfatizamos a postura dos professores de língua portuguesa diante desta variação, buscando investigar como se comportam diante das variações, observando a forma mais adequada para lidar com essa questão.

2 | A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Variação linguística é um fenômeno presente na língua e ocorre por meio de vários fatores, podendo ser de cunho geográfico, social, histórico, idade, sexo ou grau de escolaridade. Para Viotti (2013, p. 146),

As variações de um elemento variável são chamadas variantes. Ao ver da teoria da variação, a distribuição do padrão de uso das variantes de uma variável em uma determinada comunidade de fala dependente de valores sociais, como o gênero do falante, seu nível de escolaridade, sua faixa etária, sua origem étnica e a classe socioeconômica a que pertence.

Adiantamos que a língua falada não é estática e nem uniforme. Devido ao uso, sofre variações. Sempre está em transformação, assim como a sociedade e a humanidade. Assim como o homem evolui, a língua também evolui. Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 1997, p. 29),

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em Língua Portuguesa está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. [...]. A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre o que se deve e o que não se deve falar e escrever, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.

Diferentes estudos indicam que devemos compreender que o modo de falar dos indivíduos provenientes do ambiente rural deve ser entendido como sendo uma variedade da nossa língua materna, devendo ser respeitado e valorizado. Porém, esta peculiaridade na fala dos camponeses é, por muitas vezes, vista como símbolo de inferioridade social, fazendo com que se sintam realmente inferiores e constrangidos ao pronunciarem-se. Tal fato denomina-se preconceito linguístico. Para Bagno (1999, p. 40),

O preconceito lingüístico se baseia na crença de que só existe, [...], uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação lingüística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito lingüístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente.

Investigando sobre a questão, inquietou-nos compreender a postura adotada pelos professores de português mediante às peculiaridades no modo de falar dos alunos camponeses, o que pode contribuir para agirem nas situações pertinentes, de modo a não deixar que os alunos camponeses se sintam coagidos, envergonhados ou inibidos de participarem de diálogos ou debates em sala de aula. Adiantamos que a escola possui um papel importante nessa questão. Para Marinho e Val (2006, p. 10),

[...] é necessário à escola abrir-se para as múltiplas variedades lingüísticas, uma vez que, contemplando os diferentes usos da linguagem, nas mais diversas situações, possibilitará o desenvolvimento da competência discursiva dos alunos. Cabe à escola mudar sua postura, visando saber lidar com as diferentes variedades orais e escritas da linguagem. Com isso, os chamados “erros” ou “desvios” dos alunos passam a ser vistos como manifestações de seu saber implícito e nunca como deficiências no uso da língua.

Diante do exposto, constatamos que este modo de falar camponês e sua origem precisam ser melhores estudados e valorizados, visto a riqueza cultural apresentado, levando-nos a investigar possíveis mudanças ou não em seu modo de falar e, se com o tempo o modo de falar perde a variação do ambiente rural.

3 | A SOCIOLINGÜÍSTICA

Sociolinguística é o campo da linguística que estuda as variedades da língua levando em conta o fator social. De acordo com Martelotta (2008, p. 141),

A sociolinguística é uma área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. Para essa corrente a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente do contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação.

Estuda as variedades no modo de fala de diferentes grupos em diversos lugares, analisando os alunos e o meio em que estão inseridos para saber a influência do meio na maneira de falar dos indivíduos. Segundo Bagno (2007, p. 36),

Ao contrário da norma-padrão, que é tradicionalmente concebida como um produto homogêneo, como um jogo de armar em que todas as peças se encaixam perfeitamente umas nas outras, sem faltar nenhuma, a língua, na concepção dos sociolinguistas, é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução. Ao contrário de um produto pronto e acabado, de um monumento histórico feito de pedra e cimento, a língua é um processo, um fazer-se permanente e nunca concluído. A língua é uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita.

Compreende Bagno que, para a sociolinguística a língua é vista como heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e construção, ou seja, não é igual e estática, mudando com o tempo e, varia segundo vários fatores como região, meio social, idade, sexo, entre outros. “Se a sociolinguística tem um papel a desempenhar na educação linguística dos cidadãos brasileiros, esse papel é de reconhecimento da heterogeneidade intrínseca da sociedade brasileira” (BAGNO, 2007, p. 22), ou seja, as variações linguísticas ocorrem porque existem variados grupos sociais. Deste modo é importante que todas as variações da língua sejam valorizadas, respeitadas e vistas como riqueza cultural do nosso país.

4 | O FALAR CAMPONÊS E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

O falar camponês quando comparado ao falar urbano, possui peculiaridades que são perceptíveis ao interlocutor no diálogo, com o agravante do camponês de ser inferiorizado e visto como sinônimo de pobreza e falta de instrução. Entretanto, o falar é rico culturalmente e não deve ser desvalorizado.

Segundo Bortoni-Ricardo (2004), uma das marcas dos falantes do meio rural é trocar o /l/ por /r/, como observa-se nas palavras: altura/artura, volta/vorta, planta/pranta, avental/aventar. Essas trocas são menosprezadas e vistas como erro por aqueles que seguem a norma padrão.

Outra marca desse falar é a vocalização do encontro consonantal /lh/ que pode ser visto em palavras como: colher/cuiê/, milho/mio, alho/aio, mulher/muié.

Muié – nesta variante de mulher típica do polo rural do contínuo, temos a aplicação de duas regras: a vocalização da consoante lateral palatal /lh/ e a perda do /r/ final. A primeira regra tem caráter descontínuo e pode ser observada em /filho > fio/; /palha > paia/; trabalha > trabaia/. A perda do /r/ final é um traço gradual (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 58).

Nota-se também haver certa redução nas palavras que são proparoxítonas. “A redução das palavras proparoxítonas no caipira e variedades adjacentes podem seguir diferentes padrões. O mais comum é o apagamento da vogal da penúltima sílaba” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 73). Este fenômeno ocorre em várias palavras: árvore/ arvre/, abóbora/abóbora, chácara/chacra. Essa redução da vogal na penúltima sílaba das palavras proparoxítonas é muito comum no falar dos camponeses e está presente em palavras que são muito usadas em seu dia-a-dia.

Em algumas palavras no falar camponês ocorre o fenômeno da assimilação quando as consoantes /nd/ e /mb/ aparecem juntas. Uma delas desaparece e só a outra permanece. Exemplos: brincando/brincano (a consoante /d/ desapareceu e a consoante /n/ permaneceu), também/tamém (a consoante /b/ desapareceu e a consoante /m/ permaneceu).

Ainda falando das tendências naturais da língua e suas consequências no ensino da língua escrita, temos de nos lembrar de dois casos de assimilação. Dizemos que há assimilação quando, numa sequência de sons homoorgânicos ou parecidos, um deles assimila o outro, que desaparece. É o que acontece nas sequências /nd/ e /mb/ (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 102).

É importante observar que em algumas palavras que terminam com a consoante /m/ essa vogal tende a sumir, assim como o travamento nasal, pois /m/ é uma consoante nasal. “Observe as palavras: garagem, homem, fizeram. Em todas essas a sílaba final é átona e o travamento nasal tende a ser suprimido” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 97). Assim, as palavras citadas acima são modificadas no falar camponês: Garagem/garagi, homem/homi, fizeram/fizeru.

Ocorre com muita frequência a troca da consoante /l/ pela consoante /r/ no final das sílabas de algumas palavras, bem como: falta/farta, volta/vorta, pulmão/purmão, alto/arto, alface/arface.

É comum os camponeses apresentarem estas e outras variações em seu falar, e por esse motivo têm sido inferiorizados e vítimas do preconceito lingüístico, sobretudo do homem urbano auto-considerado “culto”. Segundo Bagno (1999, p. 9),

[...] o preconceito lingüístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo [...]. Também a gramática não é a língua.

De acordo com o autor, esse preconceito vem da ideia de que a língua, para que seja usada de forma correta, deve seguir à risca a gramática normativa, entretanto, a língua deve cumprir o seu papel principal: a comunicação.

Estando ela na norma padrão ou em suas diversas variáveis, o importante é que haja comunicação. “Hoje se sabe que todas as variedades lingüísticas são eficazes na comunicação e, por isso, são importantes e dignas de consideração” (MARINHO & VAL, 2006, p. 08).

Deste modo, o falar camponês deve ser valorizado e mantido em suas peculiaridades que são ricas em cultura e o preconceito lingüístico deve ser extinguido, como qualquer outra forma de preconceito.

5 | A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA EM SALA DE AULA

Como antecipado, existem muitas variedades lingüísticas, e a camponesa é uma delas.

Essas variações, então, não devem ser vistas como erro, mas como um uso diferente da língua, um outro modo de expressão perfeitamente aceitável em determinado contexto. Ou seja, as variações devem ser vistas como um modo diferente de usar a língua (MARINHO & VAL, 2006, p. 07).

Essas variações, segundo Marinho & Val (2006), são consideradas em uma escala valorativa onde uma delas, a norma padrão, é vista com maior prestígio e é equivocadamente considerada como o português correto, enquanto as demais são vistas como erro, sendo consideradas como variedades de menor influência e importância na sociedade.

Em sala de aula também ocorre por parte dos educadores a supervalorização da norma culta da língua portuguesa, excluindo de certo modo as variantes da língua, inclusive o modo de falar dos camponeses, estigmatizando “na mesma medida da estigmatização social de seus falantes” (GERALDI, 1996, p. 57), fazendo com que os alunos camponeses sintam-se inferiores, inibindo-os ao participarem oralmente das aulas.

Diante do exposto, a pesquisa indicou que o ensino da língua portuguesa deve estar pautado nos princípios da sociolingüística que considera a língua como sendo um sistema heterogêneo e variável, ligado às situações da sociedade. Portanto, excluir os camponeses por se pronunciarem diferente pode ser interpretado como discriminação social. Constitucionalmente, sentindo-se ofendidos/discriminados, podem propor ação processual contra o discriminador. Segundo Faraco (2008, p. 94),

[...] o que tem predominado e que tem servido de referência no nosso sistema escolar, e tem sido reforçado por boa parte dos consultórios gramaticais da mídia, pela ação de revisores das editoras, por manuais de redação dos grandes jornais, por cursinhos pré-vestibulares e por elaboradores de questões de concursos públicos é uma norma estreita a que chamamos aqui de norma curta. Trata-se de um conjunto de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos, nem nos bons instrumentos normativos, mas que sustentam uma nociva cultura do erro e têm impedido um estudo adequado da nossa norma culta/comum/standard.

O que muitos desconhecem é que os alunos das áreas camponesas, de quaisquer variações, possuem um rico conhecimento de sua língua materna, resultado de suas experiências de vida, que é desenvolvido através de seu convívio social, ou seja, com seus pais, familiares e amigos e, com o meio em que vivem, o campo.

Esses alunos, ao adentrarem a escola, são obrigados a aprender a norma padrão da língua portuguesa na forma escrita e oral – semelhante ao que os portugueses praticaram com os nativos no decorrer da invasão do Brasil em 1500 –, pois essa norma, na compreensão da norma culta, será utilizada em situações formais no sistema social vigente – o capitalismo liberal – e, na concepção deste, não deve substituir a variedade que já possui. Ou seja,

Na escola se ensina o uso das modalidades oral e escrita da linguagem em instâncias públicas e, junto com ele, a chamada variedade lingüística padrão. A criança chega à escola já sabendo usar a linguagem em diferentes situações, evidenciando o conhecimento das regras de uso da língua em instâncias privadas. E vai buscar aprender a falar, a ler e a escrever, a partir desse conhecimento que já possui, em outras situações que requerem o domínio da chamada língua padrão. Na escola, então, ela terá oportunidade de desenvolver a sua competência discursiva (MARINHO & VAL, 2006, p. 09).

As diferentes leituras e pesquisas nos sustentam afirmar que a escola e os professores de língua portuguesa devem se conscientizar de que não há modo de falar correto ou incorreto, e que o papel da escola tradicional-urbanocêntrica e de cunho ideológico liberal, assenta-se nas normas e convicções de ensinar a norma padrão em suas modalidades de fala e escrita, porém evitando impor aos alunos como sendo a variedade correta. Nosso estudo e pesquisa nos indicou dever ocorrer a valorização de todas as variações, inclusive a variação lingüística utilizada pelos camponeses, discutindo as diferenças das variações em sala, possibilitando aos alunos compreender, aprender e apreender as diferenças.

O professor em sala deve oferecer aos seus alunos a flexibilidade em saber utilizar as diversas variedades da língua de acordo com a situação em que se encontram. Se for uma situação formal, utilizar a norma padrão e, em sendo uma situação informal, poder utilizar a variação materna. De acordo com os PCNs,

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas (...) é saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige (BRASIL, 1997, p. 31).

É importante que os professores de língua portuguesa saibam distinguir o que é “incorreto” e o que é “diferente”, pois muitos ainda consideram as variedades lingüísticas como sendo incorretas. No exemplo a seguir veremos a diferença entre ambos: “Nóis vai prantá mio” (CALIGARI, 1990, p. 36). Nessa frase, observa-se características provenientes do falar camponês, onde se compreende com clareza o que o falante comunicou. Porém,

no próximo exemplo isso não ocorre: “Vai mio paio guardá pra fazê um nóis” (CALIGARI 1990, p. 36). Nesse caso a estrutura da frase está incorreta e não há compreensão nem pelos falantes da mesma variação. Ou seja, uma fala só pode ser considerada incorreta quando não transmite comunicação.

No primeiro exemplo vimos que, apesar de estar distante da norma padrão, o modo de falar camponês é compreendido com clareza, mostrando que a língua não é apenas uma questão lexical, mas sim estrutural. Ou seja, todas as variedades da língua possuem a mesma estrutura sintática. Deste modo, observa-se que:

Saber uma língua como o português, por exemplo, significa ter a capacidade de usá-la e, para tanto, dominar as regras constitutivas da língua portuguesa, ou seja, conhecer, aplicar e saber avaliar as regras que são seguidas por todos os falantes de nossa língua no processo interacional, independentemente da região em que vivem, do grau de instrução que possuem, da sua idade etc (MARINHO & VAL, 2006, p. 18 a 19).

Portanto, após consultar diferentes autores e entrevistar diferentes alunos e professores, entendemos que o papel da escola é valorizar as variações da língua e mostrar aos alunos que o correto é comunicar-se. Neste sentido, procuramos unir a teoria à prática por meio de pesquisa junto aos alunos camponeses e urbanos, traduzindo em dados e interpretando-os.

6 | ANÁLISE DA VARIAÇÃO

O município escolhido para a pesquisa de campo foi Diamante do Norte-PR, e se deu por haver muitos alunos residentes na zona rural nesse município, que, através de transporte coletivo, deslocam-se até o Colégio Estadual da cidade para estudar.

O Colégio em questão abrange o sexto, sétimo, oitavo e nono anos do ensino fundamental e o primeiro, segundo e terceiro anos do ensino médio, com um total de 550 alunos matriculados na época do estudo, sendo 80 do campo e 612 da cidade. Destacamos que os alunos que residem no campo se deslocam até a escola por meio de transporte coletivo cedido pela prefeitura municipal. Visto o transporte, as matrículas são direcionadas especificamente ao período vespertino.

De acordo com o Ministério Público Federal: “o transporte escolar é serviço de utilidade pública e direito do público subjetivo, ficando evidente que o Poder Público deve oferecê-lo gratuitamente para crianças e adolescentes que não tenham escola perto de casa” (BRASIL, 2006, p. 9).

Para comparar o modo de fala entre os alunos camponeses e alunos residentes na cidade foram escolhidos, aleatoriamente, três alunos residentes no campo e três alunos residentes na cidade, ambos do sexto, sétimo, oitavo e nono anos do ensino fundamental.

As entrevistas foram individuais, utilizando um questionário em que, após os dados de identificação, foram feitas perguntas estratégicas para perceber o modo de falar dos

alunos. Após três perguntas estratégicas, foi mostrada aos entrevistados uma folha contendo seis (6) figuras diferentes, sendo elas: planta (para perceber a troca do /l/ por /r/ “pranta”), colher (para perceber a vocalização do /lh/ “cuié”), árvore (para perceber a redução nas proparoxítonas “arvre”), crianças brincando (para perceber o uso da assimilação quando as consoantes /nd/ ou /mb/ aparecem juntas “brincano”), homem (para perceber que em palavras que terminam com a consoante /m/ essa vogal tende a sumir, assim como o travamento nasal, pois /m/ é uma consoante nasal “homi”) e alface (para perceber a troca da consoante /l/ pela consoante /r/ “arface”). As respostas foram gravadas em áudio e escritas conforme a fala dos alunos entrevistados.

Foram entrevistados, individualmente, 24 alunos, sendo 12 residentes no campo e 12 na cidade.

De acordo com o Gráfico 01, a fala comparada entre os alunos camponeses e urbanos, no sexto ano, indica uma distância considerável em relação ao número de palavras faladas de acordo com a norma culta da língua portuguesa, especialmente em “Para eu fazer” e “Brincando”, seguido de “Nós fazemos”, “Menos coragem” e “Colher”. A menor distância foi constada em “Planta”, “Árvore”, “Homem” e “Alface”.

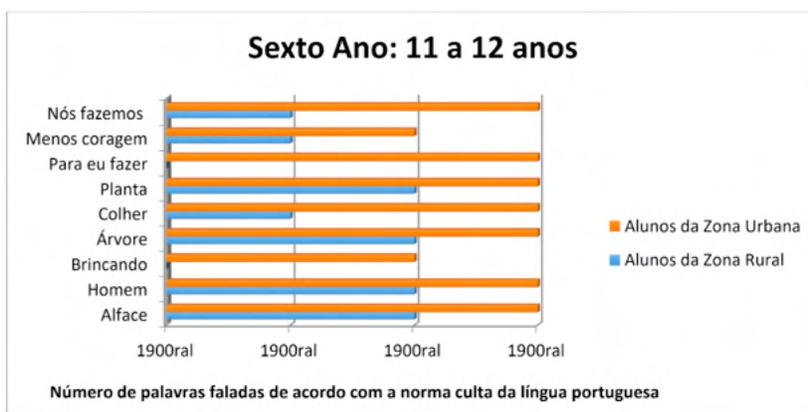


Gráfico 01: Número de palavras faladas de acordo com a norma culta da língua portuguesa pelos alunos residentes na zona urbana e rural do sexto ano do Ensino Fundamental.

Fonte: Dados dos autores, 2016.

No sétimo ano, segundo os dados do Gráfico 02, identificamos uma distância maior quando comparamos a fala dos alunos camponeses com os da cidade, principalmente nas expressões “Menos coragem”, “Para eu fazer”, e na palavra “Colher”, em que é possível perceber que nenhum dos alunos camponeses participantes do estudo pronunciou essas palavras ou expressões de acordo com a norma culta da língua portuguesa, e, em se tratando dos alunos da cidade, todos eles pronunciaram as mesmas palavras de acordo com a referida norma.

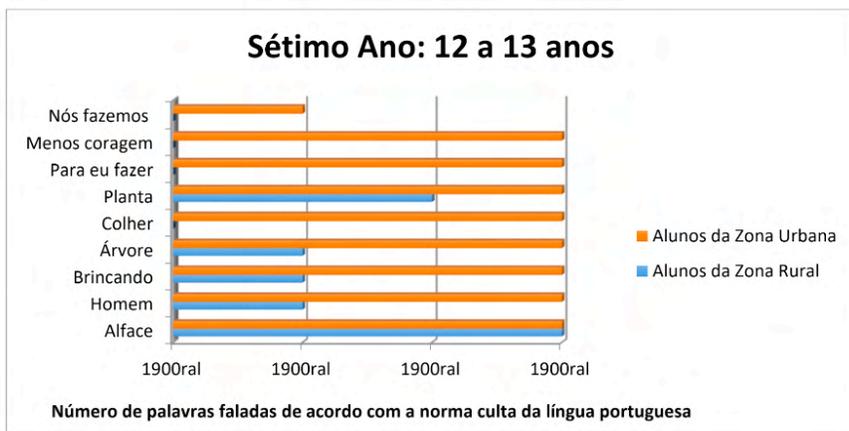


Gráfico 02: Número de palavras faladas de acordo com a norma culta da língua portuguesa pelos alunos residentes na zona urbana e rural do sétimo ano do Ensino Fundamental.

Fonte: Dados dos autores, 2016.

No oitavo ano, de acordo com o Gráfico 03, houve uma mudança no modo de falar dos alunos camponeses, em que se aproximou um pouco mais da norma culta da língua portuguesa, com destaque para as palavras “Planta” e “Homem” em que todos os alunos participantes da pesquisa as pronunciaram de acordo com a referida norma. Em seguida, destacamos também a expressão “Para eu fazer” e as palavras “Árvore” e “Alface”, que também sofreram uma mudança significativa na fala dos alunos camponeses.

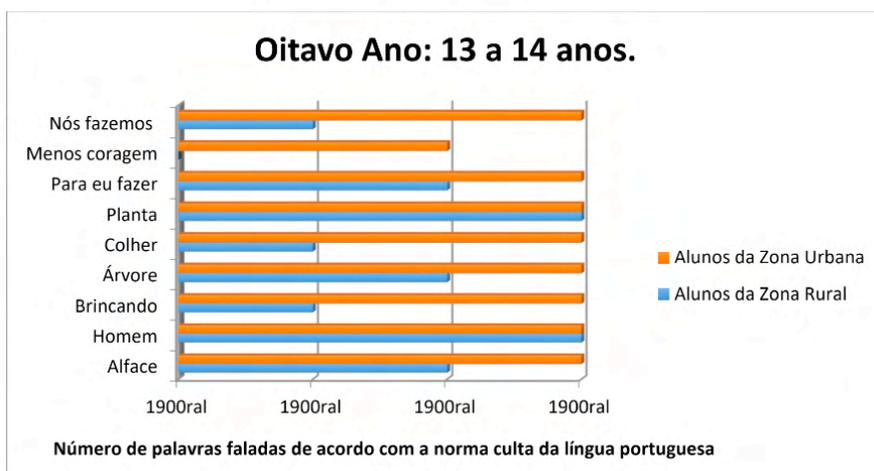


Gráfico 03: Número de palavras faladas de acordo com a norma culta da língua portuguesa pelos alunos residentes na zona urbana e rural do oitavo ano do Ensino Fundamental.

Fonte: Dados dos autores, 2016.

No nono ano, como é possível observar no Gráfico 04, constatamos uma mudança considerável da pronúncia dos alunos camponeses na maioria das palavras/expressões, que neste momento, se aproximam ainda mais da norma culta da língua portuguesa. No entanto, a pronúncia “Brincando” ainda permanece mais distante dessa norma.

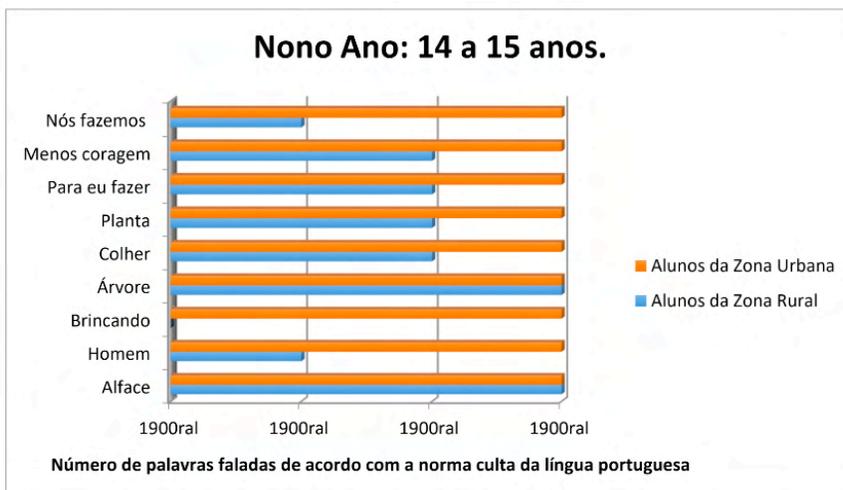


Gráfico 04: Número de palavras faladas de acordo com a norma culta da língua portuguesa pelos alunos residentes na zona urbana e rural do nono ano do Ensino Fundamental.

Fonte: Dados dos autores, 2016.

Através da leitura dos gráficos 01, 02, 03 e 04, observamos considerável variação linguística na fala dos alunos camponeses quando comparados aos alunos residentes na zona urbana e analisando as respostas obtidas, constatamos que a variação linguística é decorrente do ambiente em que estão inseridos e da convivência cotidiana, como se constata com os alunos provenientes do campo, em sua grande maioria filhos de trabalhadores rurais, com baixo nível de escolaridade, sendo alguns filhos de pais analfabetos. Tal fato é inevitável, pois quando um indivíduo está inserido em determinado grupo, ele acaba adquirindo características linguísticas desse grupo. De acordo com Martelotta (2008, p. 148),

O indivíduo, inserido numa comunidade de fala, partilha com os membros dessa comunidade uma série de experiências e atividades. Daí resultam várias semelhanças entre o modo como ele fala a língua e o modo dos outros indivíduos. Nas comunidades originam-se agrupamentos de indivíduos constituídos por traços comuns, a exemplo de religião, lazeres, trabalho, faixa etária, escolaridade, profissão e sexo.

No gráfico a seguir, analisaremos percentualmente a mudança na fala dos alunos camponeses, que vão perdendo essa característica de variação em decorrência do avanço das séries.

O Gráfico 05 aponta que no sexto ano o número de palavras faladas pelos alunos camponeses de acordo com a norma culta da língua portuguesa era de 41%, enquanto a variação era de 59%.



Gráfico 05: Porcentagem de Variação Linguística de alunos camponeses no sexto ano.

Fonte: Dados dos autores, 2016.

Já no Gráfico 06, percebemos que no sétimo ano o número de palavras faladas de acordo com a norma culta da língua portuguesa pelos alunos camponeses caiu para 30%, enquanto a variação subiu para de 70%.

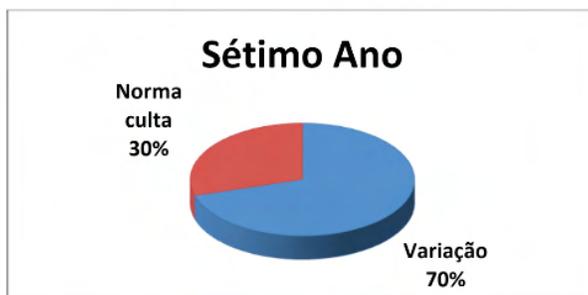


Gráfico 06: Porcentagem de Variação Linguística de alunos camponeses no sétimo ano.

Fonte: Dados dos autores, 2016.

O Gráfico 07 aponta uma mudança na oralidade dos alunos camponeses, em que o número de palavras faladas de acordo com a norma culta da língua portuguesa pelos alunos camponeses subiu para 56%, enquanto a variação caiu para de 44%.

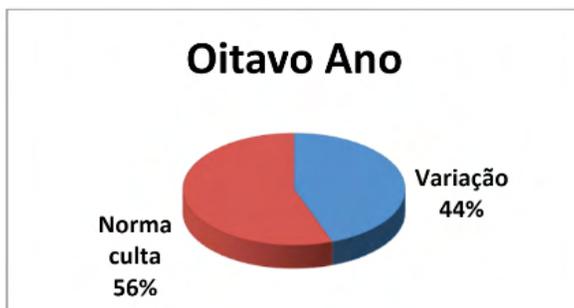


Gráfico 07: Porcentagem de Variação Linguística de alunos camponeses no oitavo ano.

Fonte: Dados dos autores, 2016.

No Gráfico 08 é possível ver uma mudança ainda mais atenuada, cujo o número de palavras faladas de acordo com a norma culta da língua portuguesa pelos alunos camponeses subiu para 59%, enquanto a variação caiu para de 41%.

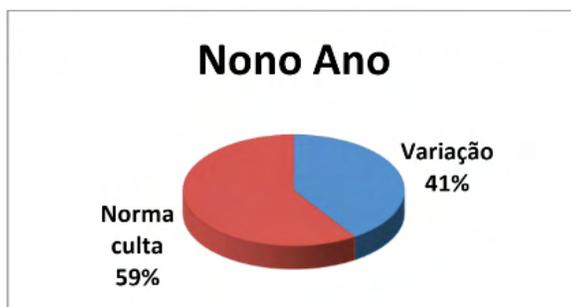


Gráfico 08: Porcentagem de Variação Linguística de alunos camponeses no nono ano.

Fonte: Dados dos autores, 2016.

Na análise dos gráficos observa-se haver uma mudança significativa na oralidade dos alunos camponeses entre o sexto e o nono ano do ensino fundamental, onde o número de palavras faladas de acordo com a norma culta da língua portuguesa era de apenas 41% no sexto ano, caindo para 30% no sétimo, subindo para 56% no oitavo e para 59% no nono ano. Percebemos assim, que a variação linguística desses alunos caiu de 59% no sexto ano para 41% no nono ano.

Mas, afinal, por que as línguas mudam? Como apontou Coseriu (1979), a língua nunca está pronta. Ela é sempre algo por refazer. A cada geração, ou mesmo em cada situação de fala, cada falante recria a língua. Dessa forma, ela está sujeita a alterações nessa recriação. (CHAGAS, 2010, p.150).

Nota-se que ocorreu a mudança no modo de fala dos alunos camponeses conforme o avanço das séries, adaptando-se à norma culta. Essas mudanças ocorrem por meio

do convívio desses alunos com os alunos da cidade e com o ambiente escolar, onde necessitam de uma fala mais formal e próxima da norma culta da língua portuguesa. Deste modo, esses alunos, com o passar do tempo acabam perdendo pouco a pouco sua variação linguística proveniente do meio rural, e para esta mudança, é importante a contribuição e atenção do professor no acompanhar a forma do falar e do desenvolvimento do conhecimento dos estudantes provenientes do campo sem lhes causar traumas na aprendizagem e psicológicos.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, verificamos a existência de variação linguística entre os alunos camponeses e os alunos da cidade, ou seja, perca da variação na oralidade dos alunos camponeses no decorrer do avanço dos anos letivos.

No sexto ano, a margem de palavras de acordo norma culta da língua portuguesa era de 41% do total, já no nono ano, esse número subiu para 59%, indicando uma mudança de 18% na oralidade desses alunos.

Constatamos assim, haver uma perda significativa dessa variação camponesa proveniente dos alunos residentes na zona rural por meio do convívio social com alunos e professoras moradores da zona urbana, de modo que, com o avanço das séries, os alunos passam a ter uma oralidade mais próxima da norma culta da língua portuguesa e mais distante de sua variante linguística, proveniente da cultura do meio rural.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. **Preconceito lingüístico**: o que é, como se faz. 21. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Marins. **Do campo para a Cidade**: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

_____. **Educação em Língua Materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Língua Portuguesa – 5ª a 8ª séries. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Ceará. **Transporte Escolar**: via legal para uma educação de qualidade. Ceará: CEDECA, 2006.

CHAGAS, Paulo. A mudança linguística. In: FIORIN, José Luiz (ORG.). **Introdução à linguística**. 6 ed., Revista e atualizada. São Paulo: Contexto, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

GERALDI, J. Wanderley. **Linguagem e ensino**: exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 1996.

MARINHO, Janice Helena Chaves & VAL, Maria da Graça Costa. **Variação lingüística e ensino**: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale, 2006.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de lingüística**. São Paulo: Contexto, 2008.

PAIVA, Iasmim Mesquita e BRANDÃO, Elias Canuto. A variação lingüística dos alunos camponeses. Paranavaí: UNESPAR. In: **Fórum das Licenciaturas; Seminário de Ciências da Saúde; Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**. 04 a 06 de novembro de 2015.

VIOTTI, Evani. Mudança lingüística. In: FIORIN, Luís José. **Lingüística? Que é isso**. São Paulo, Contexto, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Andragogia 88

Antropogogia 88

Aprendizagem 60, 61, 62, 63, 70, 85, 86, 87, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 124, 126, 128, 130, 131, 132, 134, 136, 154, 159, 160, 162, 164, 165, 170, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 242, 246, 250, 257, 258

Arquitetura 170, 182, 235

Autonomia 34, 43, 45, 50, 53, 54, 55, 57, 58, 74, 76, 78, 114, 190, 191, 192, 205, 258

C

Ciências 11, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 47, 50, 52, 57, 59, 96, 99, 100, 102, 104, 105, 107, 108, 129, 155, 156, 157, 160, 198, 208, 210, 211, 216, 221, 229, 231, 236, 238, 259, 279, 280

Competência digital 10, 60, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 72

complexidade 33, 43, 47, 49, 50, 51, 58, 77, 106, 177, 188

Complexidade 43

Conhecimento 9, 4, 10, 11, 12, 14, 42, 43, 45, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 61, 63, 74, 75, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 97, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 112, 113, 118, 120, 121, 123, 125, 127, 130, 132, 134, 136, 139, 147, 154, 163, 164, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 178, 181, 182, 187, 190, 194, 199, 201, 203, 205, 206, 209, 210, 211, 216, 218, 220, 221, 224, 231, 236, 239, 242, 249, 262

Conscientização 61

Cultura Material Escolar 223

Currículo 10, 11, 30, 110, 117, 119, 136, 157, 160, 166, 198, 244

D

Desenvolvimento 2, 9, 1, 2, 3, 5, 12, 13, 14, 16, 31, 42, 46, 47, 48, 54, 56, 57, 62, 70, 71, 77, 80, 82, 84, 98, 99, 104, 105, 113, 114, 116, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 130, 132, 134, 143, 154, 160, 163, 165, 166, 167, 184, 185, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 206, 207, 210, 219, 221, 225, 238, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 279

Desigualdades Regionais 1, 13

Didática 19, 25, 72, 91

E

Educação científica 17

Educação Física 12, 198, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221,

229, 230

Educação Matemática 30, 31, 32, 40, 41, 42, 279

Educación 16, 60, 70, 71, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 207, 277

Engenharia Civil 170, 182

Ensino Lúdico 96, 98, 100, 101, 104, 105

Equipe Multidisciplinar 169, 170

Escola Primária 13, 223, 224, 225, 226, 235, 236

Espaço Público 115

Espanhol 12, 67, 68, 69, 71, 197, 199, 200, 202, 203, 204, 206, 207, 211

Estímulo à leitura 11, 96, 105

Extensão Universitária 122, 169

F

Financeirização 13, 260

G

Geometria 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 42

Gerencia 18, 19, 22, 23, 24, 25, 27

Gestión 19, 25, 26, 277

H

História 1, 15, 17, 47, 52, 55, 56, 98, 106, 117, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 144, 145, 164, 188, 190, 198, 218, 219, 224, 230, 231, 235, 236, 245

I

Innovación 19, 21, 22, 26, 27, 92

J

Jogo 12, 144, 171, 172, 178, 179, 197, 202, 203, 204, 205

L

Licenciatura em matemática 37, 41

liderança 179

M

Marketing 10, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28

Metodologias Ativas 169, 173, 182, 202

Modelo 10, 11, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 43, 45, 49, 51, 52, 57, 70, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 113, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 173, 190, 210, 213, 223, 238, 240, 245, 247, 257, 258, 259, 269

O

Ocio 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Oficinas de nivelamento e integração 169, 182

P

Paradigma Sistêmico 10, 43, 44, 45, 49, 53, 59

Pedagogía 88, 89, 92, 93, 94, 95

Pesquisa Qualitativa 13, 4, 30, 41, 43, 57, 81, 111, 121, 209, 221, 237, 238, 239, 240, 242, 244

Precarização 260, 262, 263

Projeto Pedagógico 197, 199, 200, 203

R

Recreación 88, 93, 94, 95

Referencial Teórico 170, 208, 209, 212, 214, 215, 217, 219

Reforma Trabalhista 260

Relação Professor-Aluno 130, 132, 140

S

Sistemas 25, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 71

T

Território do Acre 13, 223

TIC 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70



Iniciação científica:

Educação, inovação e desenvolvimento humano

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021



Iniciação científica:

Educação, inovação e desenvolvimento humano



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021